

JUVENTUDE DE ASSENTAMENTOS, CULTURA E PERMANÊNCIA NO CAMPO

Amanda Kelly de Andrade¹
Gustavo José de Toledo Pedroso²

Introdução

O artigo tem por objetivo abordar os desafios que a juventude enfrenta no campo, bem como o fenômeno da migração de jovens de assentamentos para o meio urbano, conectando-se estes processos ao relato de atividades extensionistas do grupo de extensão NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz) da Faculdade de Ciências humanas e Sociais da Faculdade de Franca (UNESP). Segundo Castro, as causas dos movimentos migratórios são mais complexas que a simples atração pela cidade, envolvendo as especificidades do processo geração de renda no âmbito rural, as quais restringem a autonomia dos jovens, levando-os à migração como tentativa de satisfazer suas “necessidades de consumo” como aponta Carneiro. Acrescem-se a isso os desafios enfrentados no meio rural em relação à falta de acesso ao trabalho e à ausência de políticas públicas para áreas como educação.

Por outro lado, nas relações entre o meio urbano e o rural este último é estigmatizado em função das diferenças nas condições de vida e isto se faz sentir nos espaços urbanos que os jovens rurais frequentam. Castro argumenta, porém, que a saída do campo não ocorre de forma mecânica, pois a juventude rural se configura com uma categoria pressionada por mudanças e dificuldades, por onde a migração constitui uma estratégia de reprodução social. Nas atividades junto aos assentamentos na região de Ribeirão Preto o grupo de extensão NATRA tem procurado atuar em relação a este fenômeno, desenvolvendo atividades como o “Primeiro Rolê Cultural da Juventude” realizado em 2013, no assentamento 17 de Abril. Através de ações como esta, o NATRA busca construir espaços de formação e democratização do acesso à cultura, e aprofundar a interação entre as comunidades dos assentamentos e a universidade.

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”(Unesp Franca)
E-mail: amanda_deandrade@hotmail.com

²Professor Doutor na Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho” (Unesp Franca). Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo(2007)
E-mail: gustavofilosofia1@gmail.com

Juventude: Os Desafios Enfrentados Para Permanência No Campo

No processo de definição da categoria juventude, Castro aponta que Levi e Schmitt (1996) em sua Introdução ao livro História da juventude afirmam que,

“Juventude caracteriza-se por seu caráter limite... situa-se no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, entre a falta e a aquisição de poder... Nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas.” (p.8)

Existe considerável consenso entre os pesquisadores no sentido de se conceber a juventude como uma categoria “não homogênea”, constituída por uma “grande diversidade”, “marcada por diferentes contextos econômicos, políticos, sociais específicos”, como indicam Malagodi e Marques (2007). A categoria juventude é marcada pelos conflitos individuais dos sujeitos a que se refere representa um momento de empenho na construção da identidade e projetos de vida dos mesmos

Abramo (2005) aponta que essa fase da vida se constitui como um momento de transição, que representa o apogeu da plena cidadania, tendo-se em vista que esse processo se dará mediante escolhas, no que diz respeito ao exercício da produção (como a manutenção das condições econômicas por meio do trabalho), reprodução (no que se refere a geração de filhos) e a participação nas decisões que regulam a sociedade.

As mudanças e conflitos próprios dessa fase também caracterizam a juventude do meio rural dos assentamentos, com rebatimentos na perspectiva de permanência no campo, em especial porque a realidade em que se encontra imersa a juventude rural, coloca para esta última desafios e conflitos específicos, diferentes do espaço urbano.

Os estudos contemporâneos sobre a situação da juventude rural apontam para tendência do deslocamento dos jovens para as cidades. É possível, portanto, dizer que existe certo consenso entre os pesquisadores no sentido de se considerar os entraves no acesso ao trabalho e a benefício decorrentes de políticas públicas (educação, lazer, cultura, etc) como os principais desafios enfrentados pela juventude rural, os quais circunscrevem o conjunto de fatores principais que dificultam sua permanência no campo. A realidade cotidiana das especificidades do processo geração de renda no âmbito rural, que atinge a pequena produção familiar, acaba recaindo sobre a juventude,

restringindo a autonomia desta última e impossibilitando o desenvolvimento econômico. A esse fenômeno Malagodi e Marques(2007) apontam:

Quando a terra é reduzida, a oferta de bens, de infra-estrutura e de produtos para a família tende a tornar-se insuficiente; neste caso, o agricultor familiar tende a intensificar seu esforço de trabalho. Portanto, a mão de obra familiar, quando não encontra espaço funcional na unidade a que pertence, seja no trabalho agrícola, seja nas atividades artesanais ou comerciais não-agrícolas, para alcançar equilíbrio provedor das necessidades econômicas da família, pode buscar canais ocasionais e transitórios de venda de sua força de trabalho, externamente aos lotes, e às vezes, em saídas mais longes e distantes (Anjos 1995 apud Tedesco 1999:297).

No que diz respeito à falta de infraestrutura nos assentamentos, vale destacar que são comuns as dificuldades quanto ao acesso a água, à assistência para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta, entre outros problemas.

No que se refere à falta de políticas públicas que atendam aos jovens no meio rural, Silva, Flores e Ferrante (2012) ao analisar a política de educação nos assentamento da região de São Paulo afirmam:

Muitos assentamentos não tem escola, devido proximidade dos mesmos com os municípios, deixando os serviços públicos anestesiados e amortecidos pelos atendimentos urbanos. Outro desafio colocado para as escolas do campo, ou escolas que atendam crianças do campo, está relacionado a falta de um projeto político e pedagógico que contemplem essas crianças (p.289).

A educação defendida pelos movimentos sociais preconiza que a educação seja no campo e do campo. “No: o povo tem que ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Silva, Flores, Ferrante apud CALDART, 2002 p.18).

Frente a estas condições, a juventude rural adota diferentes estratégias de reprodução social sendo que uma delas consiste na emigração. A ausência de políticas públicas e as formas de resistência da juventude assentada do assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara-SP, apontam os principais fatores que impulsionam os movimentos migratórios da juventude assentada, tem sua origem por um lado, na ausência de perspectiva de permanência no campo” ocasionada pelos elementos que indicamos antes (especificidades econômicas do meio rural e ausência de políticas públicas) e, por outro lado, no “sonho” ou ilusão de uma vida na cidade e de

um trabalho assalariado para o qual não há preparo e qualificação”. Diante desse quadro, Whitaker aponta para o equívoco das pesquisas na avaliação dessa realidade:

Um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma “força jovem” interior a comandá-los mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não preveem a continuidade das gerações. (Silva, Flores e Ferrante Apud WHITAKER, 2006, p.115).

Esse fenômeno não pode ser analisado como algo mecânico, mas é necessário observá-lo a partir das múltiplas formas em que se apresenta podendo significar estratégias familiares de manutenção da terra, tendo em vista as condições objetivas de reprodução da família. A não autonomia no processo de produção e geração de renda por meio da agricultura faz com que a juventude muitas vezes enxergue na migração uma possibilidade de obtenção de alguma segurança econômica.

Porém, sair do campo em busca de melhores condições de vida na cidade pode representar para muitos jovens uma experiência frustrante e uma desilusão. Ao analisar esses fluxos migratórios Flores, Silva e Ferrante (2011) afirmam:

Assim, estas vantagens vão desaparecendo na medida em que as dificuldades aparecem trazendo consequências diversas que, no primeiro momento, não são percebidas, como por exemplo, o custo de vida nesse novo meio social. Os empregos encontrados pela maioria dos jovens que saem do assentamento são reflexos da baixa escolarização e qualificação, possibilidades encontradas por eles são vagas em redes de supermercado ou comércio da cidade, os quais não lhes garantem autonomia nem perspectiva de ascensão social (pg.157).

Muitos jovens ao saírem do assentamento continuam contribuir com a renda da família e aos finais de semana retornam para ajudar nas atividades de agricultura. Discutindo este processo Carneiro (1988) afirma que essa relação entre universos culturais distintos, “rural” e “urbano”, aponta para processos de definições e redefinições de identidade e projetos de vida, com a interação de práticas e valores de mundo diferentes. Ao passo que Silva, Flores e Ferrante, (2011) ao analisa retorno dos jovens ao campo após a emigração, (muitas vezes impulsionado pelas dificuldades financeiras enfrentadas na cidade), afirmam que esse retorno propicia a essa juventude outro olhar sobre o assentamento: embora percebam que as condições econômicas e as políticas públicas precisam avançar, reconhecem que, comparado à cidade, o custo de vida no meio rural é menor além do agricultor desfrutar de uma liberdade relativa

quanto ao processo de trabalho, não precisando se submeter às ‘ordens de um patrão’. Nesse sentido, esses jovens procuram outras estratégias dentro do assentamento como atividades agrícolas que ainda não foram desenvolvidas bem como atuação nas áreas como cultura, lazer; de modo a encontrar possibilidades de reescrever as suas histórias.

A tese Castro (2005), por outro lado, problematiza os fatores que interferem nas escolhas entre permanecer ou sair do assentamento, e afirma que a “saída” do assentamento se dá de forma diferenciada, variando de “acordo com os processos de socialização no meio rural”. E nomeia outras dificuldades enfrentadas pela juventude, como a hierarquia social nos assentamentos, a reprodução da visão urbanocêntrica ligadas a construções estigmatizantes a respeito do campo e, por fim, o modo como a questão de gênero se configura na realidade rural.

O peso da autoridade paterna no âmbito doméstico, com o intenso controle e vigilância nas relações familiares, estende-se aos espaços coletivos dos assentamentos, como as assembleias, associações da comunidade e organização do lote. A juventude se queixa a respeito da falta de espaço nas decisões coletivas, frente às percepções de muitos adultos, que, identificam a figura dos jovens pelo “descompromisso” e/ou desinteresse”. Este último também é identificado como indivíduo em “formação” ou ser “incompleto” e inexperientes. A reprodução dessa relação estigmatizante, demonstra a falta de “seriedade” dos jovens como produtores rurais na perspectiva dos adultos. Além disso “justifica” a necessidade de tal controle e subordinação.

Essa subalternidade é mais perceptível quando analisada sobre o recorte de gênero. “Ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas ser jovem rural e mulher representa situação de inferioridade na hierarquia social ainda maior” (CASTRO 2008). As jovens mulheres do campo estão mais submetidas ao controle da família e são mais atingidas pela reprodução da hierarquia social. Participam menos da produção agrícola, com maior atuação nos afazeres domésticos a partir da divisão sexual do trabalho. Além disso, elas têm menos abertura ao espaço coletivo de decisões políticas da comunidade em comparação aos rapazes e sofrem maior vigilância em relação aos espaços que frequentam. A resposta a esse controle e exclusão tem se manifestado a partir das estatísticas que comprovam a maior tendência da emigração rural por parte das jovens mulheres, levando a relativa “masculinização do campo”³..

³ Segundo Castro, essa expressão foi originalmente utilizada por Abramovay (1998).

A problemática da emigração rural vem sendo analisada também por outras perspectivas como a leitura do jovem “desinteressado pelo campo e atraído pelo meio urbano ou ainda pelo estilo de vida urbano” (CARNEIRO, 1998 e 2005). A reprodução da hierarquia entre “ser do campo” e “ser da cidade” é um reflexo da cultura urbanocêntrica, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente e ainda é estigmatizado em função das diferenças nas condições de vida e isto se faz sentir nos espaços urbanos que os jovens rurais frequentam. Essa construção é parte integrante da reprodução das desigualdades do campo. O jovem rural dialoga com o mundo globalizado por meio dos espaços que frequenta e constrói sua identidade a partir dessas interações sociais e reproduções hierárquicas e culturais.

Em contrapartida, apesar das dificuldades econômicas acrescidas aos processos de interação social, muitos jovens vêm reafirmando sua identidade de “trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos” (Castro 2005), se constituindo como atores de “aglutinação política”. A percepção de jovem desinteressado pela vida do campo vem sendo confrontada pelo aumento expressivo das organizações e movimentos de juventudes rurais bem como a criação de espaços de discussão sobre a temática nos últimos anos. Exemplo desses movimentos foi a criação dos setores de juventude nos movimentos sociais como a FETRAF (Federação dos trabalhadores na agricultura familiar), na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) entre outros movimentos e espaços de discussão como os Congresso Nacional de Juventude e o Encontro da Juventude do Campo e da Cidade etc. Estes tem constituído importantes instrumentos de atuação política e militância dessa juventude e revelam como essa categoria vem se construindo e se reafirmando nos espaços de luta nesse processo de resistência frente aos desafios do campo, discutindo questões e desafios específicos que acometem a realidade dessa juventude rural.

1º Role Cultural: atuação do grupo NATRA frente aos desafios enfrentados pela juventude do assentamento 17 de abril em Restinga – SP

O NATRA (Núcleo agrário Terra e Raiz) é um grupo de extensão interdisciplinar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp Franca, que conta com integrantes dos quatro cursos de graduação da FCHS-Franca, sendo eles, História, Serviço Social, Direito e Relações Internacionais.

A proposição primeira do grupo embasava-se na necessidade de uma maior aproximação entre os Movimentos Sociais que atuavam na região de Franca e Ribeirão Preto e a comunidade acadêmica. No ano de surgimento do grupo uma antiga fazenda pertencente a Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), localizada na cidade de Restinga, foi ocupada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), essa ocupação foi o ponto de partida para concretização de um projeto que dialogasse com a população recém acampada.

Nesse cenário o NATRA foi o grupo de extensão pioneiro na Unesp-Franca em problematizar a questão agrária sob o óptica dos assentados rurais também.

O grupo entende que:

A extensão universitária é (ou deveria ser), no entanto, um espaço que articula ensino e pesquisa de uma forma crítica e possibilita ao estudante uma intervenção na realidade para além da mera prestação de serviço: “(...) a extensão, mais do que um elemento indissociável na tríade ensino – pesquisa – extensão, é o elemento articulador destes entres si e com a dinâmica de troca mútuas entre a universidade e a sociedade.” (TAVARES, p 18).

O grupo atua juntamente aos assentamentos da região de Ribeirão Preto, como o “17 de Abril” (Restinga) – SP e “Aparecida Segura” (Orlândia – SP). O NATRA objetiva fortalecer a luta pela terra, fomentar o diálogo entre o meio acadêmico e a comunidade assentada, problematizar a questão agrária em suas dimensões. Reconhecendo o saber que nasce da experiência de luta dos trabalhadores, a fim de propiciar e articular um espaço de debate e reflexão crítica. Atuando juntamente aos movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e possibilitando aos extensionistas uma formação mais crítica.

Fazer alusão ao universo da cultura popular é sem dúvida, condição indispensável para pensar os trabalhos desenvolvidos pelo NATRA, pois um grupo que atua em meio a ruralidade deve certificar-se de que os saberes advindos deste ambiente possuem uma dimensão telúrica riquíssima que vai muito além do saber profissional com a terra. Tal fato está calcado na coloração dos símbolos do campo e em sua materialidade cultural, não obstante, a forma com o qual se toca a luta pela terra, serve ao grupo como aprendizagem, uma vez que o NATRA também anseia por uma sociedade com plena efetivação de direitos.

Tendo em vista as características de atuação do NATRA o diapasão de nossas atividades é a metodologia proposta por Paulo Freire – a educação popular, que leva

consigo a perspectiva de horizontalidade das atividades partindo do pressuposto “de que ninguém ensina ninguém”, ou seja estamos em constante aprendizagem não havendo a primazia do “ensinador”.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo NATRA buscamos apreender as demandas dos assentamentos conforme os próprios assentados colocam, em uma relação de horizontalidade, os extensionistas do NATRA se preocupam em respeitar o espaço e a identidade do campo. O grupo desenvolve atividades quinzenalmente intercalando os assentamentos de atuação.

Atualmente, o NATRA tem projetos aprovados como “Educação de Jovens e adultos” e “Trabalho Social com Comunidade”, ambos financiados pela PROEX (Pró-Reitoria de extensão universitária da UNESP). Para desenvolvê-los o grupo se divide em coletivos (Gênero, Discussão Política e Ciranda (coletivo voltado ao trabalho com as crianças assentadas) acompanhando a organicidade do Movimento.

O grupo entende que a comunicação é um instrumento que o homem criou para se relacionar com o outro, objetivando a construção de vínculos entre os indivíduos, compartilhando experiências, ideias e sentimentos. Como todos os elementos que compõe a sociedade, a comunicação evoluiu ao longo da história e se configura atualmente de acordo com a conjuntura vigente.

Ela [a comunicação] pode ser um instrumento de legitimação de estruturas sociais e de governos como também a força que os contesta e os transforma. Ela pode ser veículo de auto expressão e de relacionamentos entre as pessoas, mas também pode ser sutil recurso de opressão psicológica e moral. (BORDENAVE, 1983, p. 109, 110).

O cinema enquanto expressão artística e meio de comunicação, pode se construir como instrumento de consciência, pois é associado à vontade do homem de reproduzir visualmente a realidade que está a sua volta. Compreende-se que como qualquer outra manifestação da arte, o cinema pode se configurar num veículo da ideologia dominante, no entanto, quando a intenção é suscitar a reflexão sobre a realidade posta, contribui para a construção da autonomia e emancipação dos grupos populares.

Nesse sentido o “Cinema da Terra” é um instrumento utilizado pelo grupo para realização de algumas atividades, além da exibição dos filmes, busca-se promover um diálogo e uma discussão acerca de temáticas da realidade agrária como: Direitos Humanos, Questão Agrária, Cultura Popular, Cidadania e democracia. Esta atividade

permite a construção de espaços de formação, informação e democratização do acesso à cultura.

Os objetivos do grupo ao escolher a exibição de filmes como forma de fomentar reflexões e discussões consistiu em proporcionar o acesso das comunidades rurais assentadas e acampadas à linguagem cinematográfica e à tecnologia, criando um espaço de democratização do contato com o cinema nessas áreas.

A metodologia do instrumento está baseada na filosofia do pedagogo Paulo Freire, na qual o grupo estabelece princípios metodológicos de atuação. Dessa forma, há a necessidade de conhecer a comunidade com a qual irá realizar o trabalho, para que desse modo este não seja pensado para a comunidade e sim com a própria comunidade.

Uma das demandas captadas pelo grupo foi necessidade de uma atuação junto a população jovem do assentamento 17 de abril, pois percebemos a partir das atividades extensionista, anteriormente realizadas, a ausência dessa categoria tão essencial para os espaços de discussão política e reflexão crítica.

Para desenvolver a atividade, organizamos previamente uma reunião com algumas lideranças jovens do assentamento, as quais apontavam a pouca participação da juventude nos espaços políticos da comunidade, a carência de políticas públicas voltadas a juventude e a falta de atividades culturais dentro do meio rural, alertando para a necessidade de primeiramente estabelecer um primeiro contato inicial, com o objetivo principal de integrar e articular essa juventude a partir de propostas de ações culturais afim de estabelecer um vínculo entre o grupo e a juventude para realização de atividades futuras de cunho até mais político e reflexivo. Foi então que o grupo organizou o 1º Role Cultural da Juventude. A atividade se utilizou do “Cinema da Terra” com intuito principal de viabilizar o acesso das áreas rurais à linguagem cinematográfica. Trazer essa discussão através do cinema pareceu pertinente ao grupo, por se considerar que o mesmo é uma forma dinâmica e interessante de iniciar uma reflexão mais aprofundada sobre temas importantes da sociedade.

Tendo em vista os desafios relatados anteriormente pelos pesquisadores que circunscreviam a realidade da juventude assentada, utilizamos o filme “Ela Dança, Eu Danço 2”. O filme abordava a história de uma dançarina de rua, que entrava para uma conceituada escola de dança, a qual era frequentada pela elite da sociedade local. O enredo do longa se desenrolava pelas barreiras enfrentadas pela jovem, para se ambientar a esse novo espaço com outras mentalidade, e para o seu projeto de formar um grupo de dança de rua, este último enfrentou dificuldades de permanecer no local

onde era concentrado suas atividades, pois, sofria ameaça da especulação imobiliária no bairro.

O NATRA realizou massiva divulgação através de cartazes, faixas, utilizando-se dos meios de comunicação como a rádio do assentamento, e até do convite direto aos jovens, por meio das divulgações realizadas pelos natreanos no transporte escolar.

A atividade contou com expressiva participação da juventude. Inicialmente realizamos uma roda de apresentação dos presentes e o grupo relatou qual era a proposta da articulação daquele espaço. Ao final do filme, reunidos em roda, alguns jovens relataram sobre a experiência da atividade, alertando para o fato da importância da mesma, tendo em vista que a juventude muitas vezes, não tem acesso à esses meios de comunicação e recursos tecnológicos. Ao que diz respeito ao filme, alguns jovens em seus relatos, identificaram-se com as dificuldades projetadas pelo longa-metragem, principalmente, as quais se relacionavam aos obstáculos de permanência do grupo de dança no local, conectando-se aos processos de desafios enfrentados pela juventude para permanecer no campo. Uma das avaliações atentou-se para o fato de muitas vezes, esses desafios serem engendrados por interesses de classe, como a especulação imobiliária, salientando para a importância da luta no processo de enfrentamento desses desafios.

O grupo considerou que o “Primeiro Role Cultural da Juventude” atendeu aos objetivos do planejamento da atividade de construir espaços de reflexão, democratização do acesso à cultura, interação entre as comunidades dos assentamentos e o meio acadêmico, e a articulação da juventude para realização de atividades que visem problematizar outras dimensões da vida no campo.

Porém avaliamos que a atividade foi composta majoritariamente por jovens homens, o que demonstrou a relação de maior subalternidade das mulheres, ao controle da família sobre os espaços que as jovens frequentam, principalmente no período noturno como aponta Castro(2008). O que sucinta para reflexão do grupo, pensar e articular para as próximas atividades, espaços comuns a todos e à todas, além de, específicos para as jovens, de preferência durante o período diurno, e , a abordagem da temática como relações de gênero no campo com a juventude assentada. Também foi possível captar a necessidade de estabelecer certa regularidade nessas ações, para fortalecer o vínculo da extensão com a juventude do meio rural.

Referências

SILVA, Silvani,; FLORES, Ana Flávia.; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Entre flores e espinhos: a situação da juventude em duas regiões do Estado de São Paulo.**In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A.; BARONE, Luís Antônio. (orgs). Retratos de Assentamentos. V.15, n. 01, Araraquara/SP: UNIARA/ Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – NUPEDOR, 2012. p. 287 a 308.

SILVA, Silvani,; FLORES, Ana Flávia.; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Ausência de políticas públicas e formas de resistência da juventude assentada.**In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A.; BARONE, Luís Antônio, ; ALMEIDA, Luiz Manoel Moraes Camargo (orgs). Retratos de Assentamentos. V.14, n. 01, Araraquara/SP: UNIARA/ Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – NUPEDOR, 2011. p. 151 a 174.

CASTRO, Elisa G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Tese de Doutorado. Pp. GAS- Museu Nacional, UFRJ, 2005

MALAGODI, Edgar.; MARQUES, Roberta. **Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais.** In: CARNEIRO, Maria José.; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude em perspectiva. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 197 a 214.

CASTRO, Elisa Guaraná. **As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais (Parte II)**In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A. Reforma Agrária e desenvolvimento. **Desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** – Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.- - Nead – Especial ;11. (pg 112 a 130)

BOGO, A. **O MST e a cultura.** São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, 2009.

BORDERNAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação** Editora; Brasiliense. 1983, p. 109, 110.

SANT'ANA, Raquel; CARMO, Onilda Alves; FARIAS, Amanda de; VAZ JR. Carlos Manoel Passos; CHINALI, Graziela Aparecida Garcia de Lima. Cinema da Terra: As culturas em movimento nas áreas rurais da região de Ribeirão Preto e na periferia urbana de Franca. POZZER, Márcio R. O. (org) In: **Extensão universitária e economia da cultura: A experiência em Universidades Públicas Brasileiras;** Malta Editores. São João del – Rei, 2012.

SANT'ANA, Raquel; CARMO, Onilda Alves. A Extensão universitária e os processos de Avaliação. POZZER, Márcio R. O. (org) In: **Extensão universitária e economia da cultura:A experiência em Universidades Públicas Brasileiras;** Malta Editeores. São João del – Rei, 2012.

TAVARES, M.G.M. **A Educação Superior no Brasil,** Brasília: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. 2002.

SANT'ANA, Raquel; CARMO, Onilda Alves; CHINALI, Graziela Aparecida Garcia de Lima. A Trajetória do Núcleo Agrário Terra Raiz de Franca, SP: A Extensão universitária comprometida com as lutas Populares e os Movimentos Sociais. POZZER, Márcio R. O. (org) In: **Cultura e extensão universitária: perspectivas de institucionalização de uma política pública**; Malta Editores. São João del – Rei, 2012.